

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**34ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de abril de 2017.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO SIMÕES FILHO (4 SECRETÁRIO)**

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto e Zé Raimundo. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Leitura do expediente.

## **OFÍCIO**

**Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 03 e 04/04/2017, conforme atestado médico apresentado.**

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Leitura das atas das 13ª e 14ª sessões especiais ocorridas, respectivamente, nos dias 17 e 20 do mês de abril, e das 30ª,31ª e 32ª sessões ordinárias ocorridas, respectivamente, nos dias 18, 19 e 24 de abril.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Os Srs. Deputados que aprovam as atas permaneçam como estão. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem para o deputado Targino Machado, que é o primeiro orador do Pequeno Expediente.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a nossa questão de ordem ampara-se na necessidade de trazermos para o plenário, se não a totalidade dos Srs. Deputados, pelo menos os 39 deputados que deram a presença, que registraram a presença no painel, porque estamos vivendo uma Casa de faz de conta.

Enquanto a Casa cochila, está sonolenta, vemos aqui, Sr. Presidente (Lê) *“Bandidos armados fazem arrastão em consultório no centro de Salvador.”*

E é com pesar que eu registro que a menina Gabrielly Gomes Santana, de apenas 7 aninhos, desaparecida da porta da sua residência, há mais de 3 meses, em Feira de Santana, foi encontrada morta. Uma criança de apenas 7 anos! E eu pergunto: até quando o Sr. Governador vai permitir que inocentes, como a menor Gabrielly Gomes Santana, de apenas 7 aninhos, continuem a engrossar o saldo da violência na Bahia? Somente no ano passado, V.Exª economizou, ou deixou de investir, mais de R\$200 milhões no orçamento da segurança pública aprovado por esta Assembleia. Enquanto Rui dá as costas à violência que toma conta da Bahia, Sr. Presidente, amedrontando os baianos, gasta ele quase R\$200 milhões em propaganda com o objetivo de enganar os incautos baianos. Acorda para a vida, governador Rui Costa! Enquanto o senhor, governador, cochila, a violência cresce e a saúde pública encolhe.

Não há na Bahia, Sr. Presidente, lugar seguro para se viver. Acabei de ler aqui que bandidos armados fazem arrastão em consultório no Centro de Salvador. Clientes e funcionários de um consultório odontológico na Av. Sete de Setembro, no Centro da cidade de Salvador, foram vítimas de um arrastão na tarde de terça-feira, dia 25 de abril. Em feira de Santana, na Av. Getúlio Vargas, sua principal avenida, as lojas estão trabalhando com as portas cerradas, as portas fechadas, com medo da violência, com medo dos assaltos, dos arrastões. E, enquanto isso, estão amargando prejuízos.

Sr. Presidente, como esta Casa também está cochilando – vejo aqui tantas poltronas vazias –, quero solicitar a V.Exª uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Defiro a questão de ordem do deputado Targino Machado. Conto o tempo de 15 minutos.

(Vários deputados pedem questão de ordem.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem do deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Espere aí. Tem que haver o contraditório para depois

marcar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- A contagem do prazo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, querido, eu pedi antes, quando ele pediu, eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- O deputado Adolfo Menezes pediu antes.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Olhe bem, regimentalmente, nesta Casa, primeiro há a contradição pra depois fazer o...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- O deputado Adolfo Menezes pediu primeiro do que V.Ex<sup>a</sup>, depois o deputado Joseildo, deputado Rosemberg Pinto e deputado Carlos Geilson.

(Os deputados fazem uma troca entre eles.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, entendo a angústia do deputado Targino e divido sempre isso com ele, porque sou uma pessoa razoavelmente presente aqui no Plenário. Ainda ontem ele levantou esse questionamento, mas queria fazer um apelo ao deputado Targino. Tenho dito isso aos deputados nesses 2 dias, temos um projeto que diz respeito à regulamentação da divisão territorial e que V.Ex<sup>a</sup>, presidente, participa. Se não votarmos esse projeto hoje, deputado Targino, significa que não teremos tempo de aprovar, publicar e o governador sancionar antes do dia 30. Dia 28 é uma sexta-feira, dia 30 cai num domingo, e o IBGE não permitirá que seja contabilizado para o Fundo de Participação dos Municípios nesse novo regramento.

Não vejo nenhum problema, acho que V.Ex<sup>a</sup> está correto, precisamos dar presença, precisamos estar presentes nesta Casa, mas são três projetos que estão aí. Um deles, inclusive, de autoria do deputado Tom. Ou seja, queria fazer um apelo a V.Ex<sup>a</sup> para que votássemos os projetos que são de comum acordo. Os deputados Leur Lomanto Junior e Zé Neto, líderes da Maioria e Minoria, na reunião da comissão, fizeram essa pactuação no sentido de que, se estivessem de comum acordo na comissão e com a assinatura dos dois ou três prefeitos, votaríamos por consenso.

Então, queria fazer um apelo ao deputado Targino, um apelo a V.Ex<sup>a</sup>, que preside esta sessão, para que votássemos esses projetos, ou seja, os projetos que estão em condição nessa questão de divisão territorial. Há um projeto de Santa Luzia e Mascote, o município de Santa Luzia é 0.6 e tem a oportunidade de crescer, ele já foi um e caiu para 0.6 por conta, exatamente, de uma lei que fizemos nesta Casa. É uma oportunidade que temos aqui para não prejudicar o município no ano de 2018. Isso significa 150, 180 mil/mês, o que, para um município de 11 mil habitantes, é muito importante.

Então, queria fazer esse apelo ao deputado Targino. Assim que votarmos, me proponho a fazer junto com ele um apelo para que os deputados venham e participem. Mas, se não votarmos hoje esses projetos, vamos prejudicar o município. Sei que a responsabilidade não é do deputado Targino, não é minha, porque estamos aqui presentes, a responsabilidade é dos deputados que estão ausentes, mas o município não vai fazer essa leitura.

Queria fazer esse apelo, se o deputado Targino me permite, para que ele suspenda o pedido de verificação de quórum, que abrissemos mão dos tempos aqui e votássemos esse projeto que é de consenso das partes.

Depois a gente faz uma verificação de quórum, era nesse intuito que eu queria pedir, aqui, ao deputado Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, tenho, pelo deputado Rosemberg Pinto, respeito, apreço. Já disse aqui, em outra oportunidade, que é um operário da política presente nesta Casa, esforçando-se para fazê-la funcionar. Fruto desse respeito que tenho por V.Ex<sup>a</sup>, é que lhe quero ser claro: não existe na Bancada de Oposição unanimidade para se fazer uma dispensa de formalidade.

Acabei de dizer ao deputado Tom Araújo, que, como citado por V.Ex<sup>a</sup>, também tem interesse em projetos desse naipe, foi isso que V.Ex<sup>a</sup> disse... eu acabei de dizer a ele que há meia dúzia, seis, sete ou oito deputados de Oposição que não concordam com isso. O pacto que existe na Bancada de Oposição é que a dispensa de formalidade só ocorre se houver unanimidade, só se houver consenso.

Estou explicitando isso a V.Ex<sup>a</sup> para que saiba que não existe possibilidade de ocorrer essa dispensa de formalidade. Se dispensa de formalidade existisse, não se implicaria o fato de não se ter quórum de votação. Essa é uma tese que eu defendo: mesmo havendo a dispensa, ela ocorre para acelerar o rito. Agora, votar, aqui, nesta Casa, sem ter os 32 deputados, as 32 presenças, sou contra isso. E o deputado Leur Lomanto Junior, quando me convidou para ser vice-líder da Oposição, sabia desse meu pensamento. Eu disse, inclusive, que, se ele assinar, e ele sabe disso, a dispensa de formalidade, mesmo havendo unanimidade, vou pedir o quórum e, nisso, não estou sozinho na Bancada de Oposição.

Estou falando aqui por uma fatia grande de colegas da Oposição que não concordam com nenhum tipo de acordo com a Bancada do Governo. Isso não tem a ver com o deputado Rosemberg Pinto, é uma posição da Oposição, que eu, no momento, como Líder, tenho que preservar, respeitar. Lamento que V.Ex<sup>a</sup> esteja mandando, e ninguém esteja obedecendo. Tenho certeza que, se os deputados ouvissem o seu comando, o seu chamamento, nós estaríamos livres desse problema, teríamos, aqui, os 42 deputados presentes que já deram presença no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas deputado Targino, eu... Deputado Targino, não é de interesse do governo, não. Na semana passada, nós votamos, em condição semelhante, a cidade de Itambé, que era de interesse...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, zere o painel, abra os 15 minutos de tempo e conceda os 5 minutos ao deputado Rosemberg Pinto. Depois, ao deputado Joseildo Ramos, que já solicitou.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Eu defiro a questão de ordem do deputado Targino Machado e abro o tempo de 15 minutos. Estão inscritos os deputados...

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex<sup>a</sup> não decidiu ainda a questão de ordem do deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Eu decidi.

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas ele não definiu.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Luciano, V.Ex<sup>a</sup> deu os 5 minutos a ele, eu falei, ele replicou...

O Sr. Joseildo Ramos:- Não, ele não definiu, não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- É uma oportunidade também...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- É o momento de decidir a questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas veja bem, V.Ex<sup>a</sup> deu os 5 minutos para o deputado Targino, logo depois...

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não zerou, não. Logo depois... Olha bem, eu só quero que haja justiça. Só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo os 5 minutos ao deputado Rosemberg, e após a sua fala será aberto o prazo de 15 minutos. Estão inscritos para questões de ordem os deputados Adolfo Menezes, Carlos Geilson e Joseildo Ramos.

Pela ordem, o deputado Rosemberg por 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu ainda insisto aqui... Olha bem...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado Targino, eu dei 5 minutos...

O Sr. Targino Machado:- Olha bem, eu pedi uma questão de ordem nominal, cabe a V.Ex<sup>a</sup> decidir ou não.

O Sr. Joseildo Ramos:- Dê o tempo de 5 minutos ao deputado Targino e ele irá fazer a réplica.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex<sup>a</sup> falou 10 minutos.

Presidente, aqui não se trata de Oposição ou de Governo. V.Ex<sup>a</sup> faz parte da Comissão de Assuntos Territoriais. Ainda esta semana nós debatemos diversos... O que eu estou pedindo não é de interesse do Governo. Na semana passada, nós votamos um projeto da cidade de Itambé, com o prefeito presente, e que era de interesse meu e do deputado Leur. Ou seja, não é interesse do Governo.

As duas cidades que para as quais estamos propondo, com o projeto pronto há duas semanas, também não têm nada de Governo ou de Oposição. A cidade de Mascote é identificada com a Oposição e a cidade de Santa Luzia, identificada como da linha do Governo. Então, nós não estamos falando aqui de Governo, e sim do prejuízo que nós deputados podemos causar ao município, que clama para que possa ter um Fundo de Participação mais bem distribuído para atender à população.

Nós fizemos isso aqui a semana passada. Não é possível que não possamos fazer agora. Isso é para atender os interesses da sociedade. Isso não é do meu interesse pessoal, muito pelo contrário. Eu quero fazer este apelo ao deputado Targino, que está na Liderança. Eu tentei falar ontem com o deputado Leur, por várias vezes, mas não consegui, me parece que ele não está no País. Hoje eu falei com o deputado Sandro Régis, e ele me disse que iria falar com o deputado. Eu tenho feito um apelo a todos e quero utilizar este último tempo que me resta para continuar

apelando no sentido de tentar votar isso, porque não será um problema de Rosemberg, de Hildécio ou do governador, e sim da sociedade desses dois municípios.

O apelo que eu faço é para que nós votemos, deputado Adolfo Viana, por acordo. Nós fizemos isso a semana passada. Nós pactuamos na reunião da comissão, tendo a presença do deputado Leur e do deputado Zé Neto, porque havia o interesse do deputado Leur naquele projeto, como havia interesse meu também.

Nós pactuamos para que os projetos viessem para cá, desde que tivessem a assinatura dos prefeitos. Os projetos estão nessa condição, nós votamos. Qual é o problema? Que mal pode fazer isso? Logo depois... Eu entendo o deputado Targino, mas ao invés de ele estar prejudicando o governo, nessa posição, nós iremos prejudicar a população.

Eu queria fazer um apelo! Sei que V.Ex<sup>a</sup> é um homem do interior, sabe o que significam R\$ 150 mil por mês para um município de 11 mil habitantes. É esse o apelo que quero fazer a V.Ex<sup>a</sup>. Sempre fui uma pessoa extremamente leal com os companheiros aqui, com os deputados, os colegas, ou seja, estou aqui, não há problema algum, e não é para mim, é para a população.

Então, quero pedir ao deputado Luciano Simões Filho, que preside esta sessão, que tente convencer ao deputado Targino Machado para que retire essa verificação de quórum e possamos votar esse projeto. Obviamente que me comprometo a tomar uma posição conjunta, a partir de segunda-feira, nessa luta para que possamos dar quórum aqui em todas as sessões.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Entendido, deputado Rosemberg Pinto.

Abra-se o tempo de 15 minutos. Faremos a chamada dos senhores e senhoras parlamentares. Pode começar o tempo. (Pausa)

Tempo de 15 minutos.

Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos; depois, o deputado Carlos Geilson e o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável! Hoje, nesta Casa, tínhamos assuntos importantes! E considero que hoje, uma quarta-feira, de fato, não é natural, não é normal que não se tenha presença na Casa, isso é fato. Mas o que está acontecendo lá fora hoje tem rebato aqui.

O Estado, como ele é conhecido hoje, enquanto entidade, foi inaugurado na segunda metade do século XIX a partir da jornada de trabalho, deputado Adolfo Viana. Com a jornada de trabalho, naquela época, soltou-se muitos foguetes, os trabalhadores ingleses conquistaram 10 horas de trabalho por dia em 1847. Poucos anos depois, a jornada de 8 horas se fez presente, e até hoje é celebrada no mundo todo. Não é à toa que são 8 horas de trabalho – 8 horas para dormir, 8 horas para lazer e 8 horas de trabalho – no mundo moderno.

E o Brasil, hoje, está rasgando o conceito do mercado, da economia política do trabalho. Então, hoje, a partir do dismantelamento da CLT no Brasil, rasgando-se a Constituição de bem-estar social de 1988, você poderá ter 12 horas de trabalho na jornada diária.

E a vivemos numa Casa como esta um silêncio estarrecedor, porque isso nos

afeta no fundo da alma. A possibilidade de se ter 12 horas de jornada diária está sendo votada pelos deputados em Brasília. Isso nos afeta e, como nunca, vai afetar o futuro dos nossos filhos e netos.

Algo que por séculos foi celebrado, devido às lutas iniciais dos ingleses, é preciso que nos importemos com isso e, o que é mais crucial, fazer reverberar o nosso inconformismo com essa situação.

Vejo esta Casa muito silente, daquele púlpito, daquela tribuna não se ouve dos deputados posições claras com relação a essa situação, em nome de um austericídio. Não vai ser o encaminhamento que tem sido dado...

E hoje todas as novas pesquisas de opinião demonstram que esse governo está comprovando a sua ilegitimidade, ferindo de morte a previdência oficial, descredibilizando-a para entregar a vida dos trabalhadores aos banqueiros deste País.

E aqui estamos nos debruçando em cima de questões minúsculas aqui.

Cabe a este Parlamento atitudes maiores, do tamanho da tradição política que este Estado tem. Temos um mundo de queixas para fazer diante deste Parlamento vendido, fruto de um sistema político que contamina a todos que têm mandato neste País. Estamos silentes, sem tratar dessa situação atroz que nos atormenta aqui. Então, este é o meu brado.

Peço a todos os companheiros e companheiras que encontram-se nesta Casa que venham dar presença, para que possamos encaminhar assuntos de interesse da sociedade baiana.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Joseildo. Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, vou usar da tribuna os meus 5 minutos, porque acho que da tribuna fica mais imponente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados (Lê) “Durante três meses a minha cidade, Feira de Santana, acompanhou o sofrimento de uma mãe, cuja filha, a menina Gabrielly, de apenas sete aninhos, desapareceu quando brincava na porta de casa.

Foram três meses em que esta mãe viveu sem saber o que é um momento de alegria ou de paz verdadeira. Apenas dor e sofrimento. E acima de tudo a esperança de que, a qualquer momento, chegasse alguém com a boa notícia: Gabrielly está viva e passa bem.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que chegou, nesta quarta-feira, infelizmente, foi a notícia ruim: a Polícia informou que encontrou o corpo da menina Gabrielly.

Os exames de DNA atestaram que uma ossada parcialmente queimada, encontrada em fevereiro passado, nas proximidades do Anel de Contorno, pouco distante da casa onde a criança morava, é compatível com o material genético de Jeisa Costa Gomes, a mãe de Gabrielly.

Encontraram o corpo da vítima, da criança inocente, morta com requintes de crueldade. Mas falta encontrar o criminoso. Falta encontrar quem cometeu o crime odioso.

Quero aqui registrar minha solidariedade à família da menina Gabrielly. E estender essa solidariedade à comunidade de Feira de Santana, que durante estes três

meses acompanhou, com orações e esperança no coração, o drama da família.

Mas solidariedade não basta. Orações, não bastam. O que o povo da minha Feira de Santana quer, o que todos nós queremos é Justiça.

A Polícia tem a obrigação, tem o dever, de continuar as investigações até identificar o criminoso. Para que ele seja exemplarmente punido. E para que todos nós não acabemos perdendo a fé na Justiça.”

Algumas vezes usei esta tribuna nesse período de três meses, fiz carta ao governador, fiz apelo às autoridades da Secretaria de Segurança Pública; mas tudo foi em vão. Hoje, sociedade feirense, baiana e quem acompanhou esse drama, perdemos a guerra, perdemos a luta: a garotinha foi assassinada brutalmente.

Que a polícia continue e intensifique as investigações para que cheguemos aos autores ou ao autor desse bárbaro crime que enlutou a sociedade feirense e todos nós baianos, de modo geral.

Meu muito obrigado aos deputados que foram solidários, em vários dos nossos pronunciamentos nesta Casa, à Bancada de Feira de Santana, constituída pelos deputados Zé Neto, Targino Machado, Angelo Almeida, José de Arimateia e este que vos fala neste momento. Em nome da Bancada de Feira de Santana, deixo aqui a nossa solidariedade aos familiares e a todos que viveram e acompanharam esse drama da garotinha Gabrielly.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Por acordo entre os parlamentares, concedo a palavra aos deputados Adolfo Menezes e Targino Machado, respectivamente, por 3 e 2 minutos.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, infelizmente, deputado Carlos Geilson, esta é a realidade do nosso País. Lendo o jornal *A Tarde* ou a *Tribuna* de hoje, vi uma matéria, não me lembro o autor, dizendo que o Brasil não precisa de reforma; o Brasil precisa ser refundado. Infelizmente, quando vemos o Congresso Nacional, deputado Aderbal, sendo invadido pela Polícia Civil, como vimos semana passada, e por índios, ontem... A gente imaginava que índios ficavam nas aldeias, mas agora já estão invadindo o Congresso.

Não tem culpa o governador Rui Costa nem governador nenhum, ou temos culpa todos nós. Infelizmente, o Brasil vive uma guerra civil. Há poucos dias todos assistiram às estatísticas mostrando que no Rio de Janeiro a quantidade de policiais assassinados é muito maior do que as mortes de americanos na Guerra do Iraque, na qual os Estados Unidos perderam seus homens. Esta é a triste realidade, e todos nós já nos acostumamos, não há o que fazer.

O governador Rui Costa, posso testemunhar, trabalha dia e noite para melhorar as estatísticas, mas, infelizmente, é uma questão nacional. Ele é um governador que trabalha como ninguém, não sei onde ele encontra tanta energia. Na semana passada, deputado Aderbal, eu estava num almoço com outros deputados e o governador. Às 1h30min eu já estava morrendo de sono, com um sono terrível, não sei se porque fui mal-educado e comi demais, deputado Rosemberg.

Pois bem, logo depois do almoço pedi 1 minuto do governador. Ele se sentou à mesa. Nunca vi na mesa de despacho de um governador só papéis, só processos. O



governador, ao término do almoço, eu quase dormindo, sentou em sua cadeira com um marca-texto, analisando gráficos. Talvez por isso, por ser um governador detalhista, técnico, trabalhador como poucos, a Bahia ainda está conseguindo, junto com mais três outros governadores do Brasil, pagar salário.

O Brasil viu ontem o prefeito do Rio de Janeiro, bispo Crivella, dizer que em setembro não tem mais dinheiro para pagar os funcionários daquela cidade. Sobre o Estado já nem se fala mais.

É esta a situação do Brasil, infelizmente vivemos uma guerra civil. Precisamos de um pacto dos homens públicos para tentarmos melhorar as condições que nós temos hoje neste País, que vive uma guerra aberta em todos os Estados. Não tem governador que dê jeito nesta situação que nós vivemos hoje neste País.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelos últimos 2 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente Luciano Simões Filho, desde segunda-feira passada, dia 17 de abril, que estou pretendendo fazer uma discussão a respeito da CPI do Centro de Convenções, que foi arquivada pelo presidente desta Assembleia, deputado Angelo Coronel.

Infelizmente, não tenho tido a sorte, durante as últimas duas semanas, de encontrar o eminente presidente desta Casa aqui no Plenário para podermos travar esta discussão.

Por isso, trago, neste momento, a esta Casa, um requerimento verbal extravagante: convidar S.Ex<sup>a</sup>, o deputado e presidente Angelo Coronel, para se fazer presente, aqui, à próxima sessão que acontecerá na terça-feira, a fim de discutirmos a extemporaneidade do ato dele que foi o de cancelar uma CPI.

Eu gostaria de saber onde ele achou amparo legal para proceder ao arquivamento da referida CPI, pois este, certamente, não foi com base nas decisões do Supremo, porque as jurisprudências estão aqui. Ele está muito mal assessorado por quem o assessorou através da procuradoria jurídica desta Casa.

Deixo, aqui, o convite ao deputado Angelo Coronel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Targino Machado.

Não havendo o quórum de 21 Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados para a continuidade desta sessão, declaro-a encerrada.

*Departamento de Atos Oficiais / Departamento de Taquigrafia*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sesoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.*